



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº955

Feito : Processo Nº1968-TCE/ACRE (1410/93-Apenso)

Relator: Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

Assunto: Prestação de Contas da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE, EXERCÍCIO DE 1992.

Considerada regular, com ressalvas a Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre, exercício de 1992.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 1968/93, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, ante às razões expostas, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, no sentido de **considerar regular, com ressalvas a Prestação de Contas da Junta Comercial do Estado do Acre, exercício de 1992, de responsabilidade do Senhor JOSÉ FERRAZ.**-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 17 de novembro de 1994.

Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Presidente do TCE/ACRE

Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA
Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 6423

de 08 / 12 / 1999



Secretaria do Plenário

Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

Presidência do TCE/ACRE

Cons. EDUARDO ARAÚJO DE FARIA

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA OLIVEIRA

Procurador-Chefe de F.F.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 1.968/93

RELATOR : CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : Prestação de Contas da Junta Comercial do Acre -
exercício de 1992.

RELATÓRIO:

Através do OF/Nº 34/93, da Secretaria de Indústria e Comércio, foi encaminhada a esta Egrégia Corte de Contas a Prestação de Contas da Junta Comercial do Acre, relativa ao exercício de 1992.

Coube à 3ª IGCE a análise da Prestação de Contas em pauta, motivando o Relatório Técnico de fls. 86/95, onde aponta falhas que facilmente poderiam ser corrigidas se atendidas as sugestões seguintes:

1. cumprimento integral do Decreto 137, de 31.03.89;
2. cumprimento da Lei nº 4.320, art. 106, inciso III;
3. coerência nos lançamentos;
4. não divergência nas informações.

Aponta ainda o Relatório Técnico, uma situação positiva para a JUCEAC, verificando que sua despesa realizada foi menor que a Receita Arrecadada.

Constam ainda do Processo os OF/JUCEAC/Nº 141/93 e OF/JUCEAC/Nº 147/93, onde são apresentadas justificativas às Técnicas da 3ª IGCE.

Apensado ao presente Processo de Prestação de Contas está o Processo nº 1.410/93, que trata de Inspeção na Junta Comercial do Acre, exercício de 1992, onde são apontadas falhas de ordem administrativa e contábil, já corrigidas na Prestação de Contas.

Opinou no Processo o Ministério Público Especial, através de seu Procurador-Chefe.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

(PROCESSO: 1.968/93)

CONCLUSÃO E VOTO:

Embora a Prestação de Contas do ano de 1992 tenha sido apresentada com um índice menor de falhas do que a anterior, ainda assim mesmo, necessita do cumprimento das sugestões apresentadas no Relatório para se libertar das ressalvas.

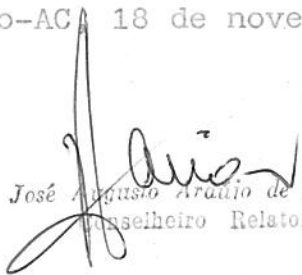
Não temos dúvidas quanto à remuneração dos dirigentes. Não há como incriminá-los, se não provada a má-fé.

Alegria a esta Corte saber que a Junta Comercial do Acre gastou menos do que arrecadou e, mesmo assim, conseguiu aumentar seu patrimônio em relação ao exercício anterior.

Ante ao exposto e tendo em vista o pronunciamento do douto Ministério Público Especial e o exame procedido pelo Relator, VOTO considerando a Prestação de Contas da Junta Comercial do Acre como Regular com Ressalvas, de responsabilidade do Sr. José Ferraz.

É como VOTO.

Rio Branco-AC 18 de novembro de 1994.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator